

BOLETIM TUCUM

A força da
resistência
indígena

Boletim trimestral Nº 1, Junho de 2021

Realização:



Adelco



esplar
Centro de Pesquisa e Assessoria

Financiamento:



União Europeia



Imagem retirada do Jornal Diário do Nordeste

Língua indígena é oficializada em Monsenhor Tabosa-CE

Depois de cinco séculos da colonização portuguesa no Brasil, quase não se encontra a língua nativa de muitos povos indígenas. Diante desta realidade, indígenas resistem e buscam fortalecer a cultura do seu povo.

Em maio deste ano, a Câmara Municipal de Monsenhor Tabosa, município do Sertão Central cearense, aprovou por unanimidade um projeto de lei que reconhece a língua nativa Tupi-nheengatu como língua cooficial do município.

Nhengatu, é indígena, da família de línguas Tupi-Guarani e derivada do tronco tupi.

O texto da lei ainda institui a criação de programas comunitários para fomentar o aprendizado do idioma. O texto legal já foi sancionado pelo prefeito Salomão de Araújo Souza, que é descendente de povos indígenas.

O município de Monsenhor Tabosa tem em torno de 16.700 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cerca de 4.000 descendem de etnias indígenas.

Com informações do Jornal Diário do Nordeste.

População indígena está com mais de 90% de vacinação concluída

Em 11 de junho, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará (DSEI-CE) divulgou dados de imunização de indígenas no Ceará para a Covid-19.

Até a data de 10 de junho, foram 19.307 indígenas vacinados com a primeira dose, enquanto foram 18.834 indígenas com a segunda dose.

Ao todo, esses números representam 94,52% de pessoas com a primeira dose e 92,20% com a segunda dose.

Mesmo com a vacinação, ainda é necessário insistir no uso de máscara, limpeza das mãos com álcool em gel e sabão, além do distanciamento social.



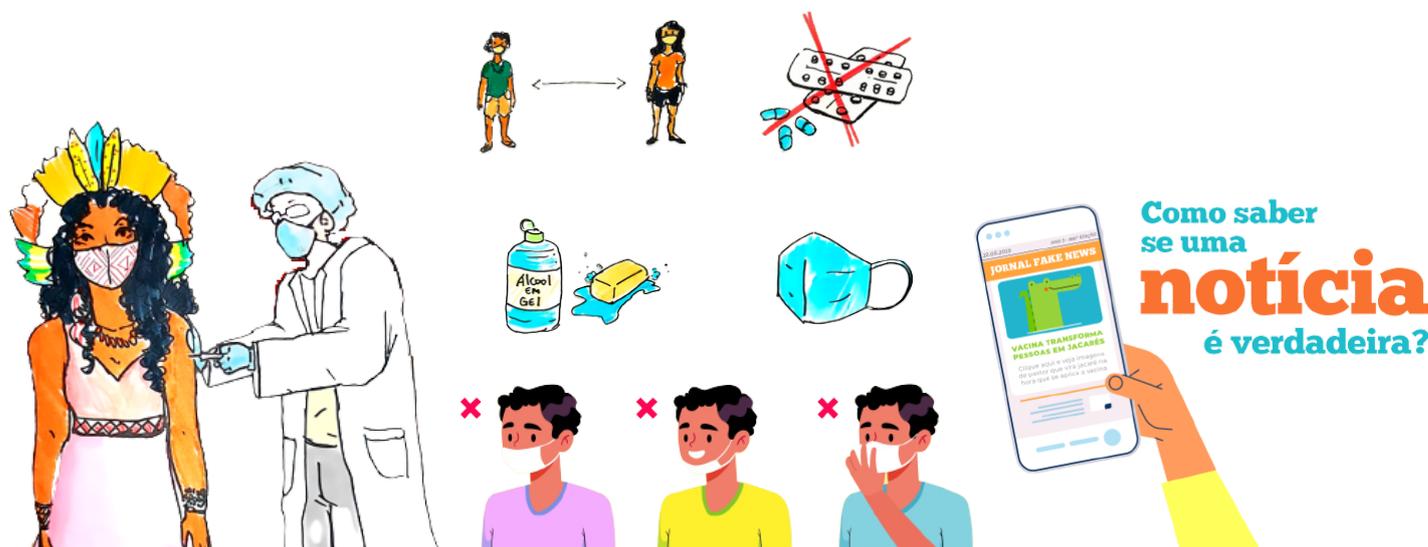
Projeto Tucum lança Campanha *Minha Aldeia Sem Covid*

A Adelco e o Esplar, por meio do projeto Tucum - A força da resistência indígena, lançaram a campanha *Minha Aldeia Sem Covid*. A iniciativa tem o financiamento da União Europeia e o apoio da Fepoince, Apoinme, Amice, Cogice e Oprince.

Dentre os materiais, contém um vídeo explicando de maneira didática os efeitos criados pelo coronavírus e seus impactos nas

aldeias; quatro falas em formato de vídeos para whatsapp com o recado de quatro lideranças potentes do Ceará; cards e vídeos para redes sociais com os temas: fake news, uso adequado da máscara, a ineficácia do uso preventivo de medicações, protocolos básicos de combate ao coronavírus.

Para baixar gratuitamente, entre nos sites www.adelco.org.br ou www.esplar.org.br.



Artigo

Os desafios de um escritório de advocacia indígena



O Projeto Tucum – A força da Resistência Indígena tem como objetivos a contribuição para o enfrentamento às violações de direitos dos Povos Indígenas, bem como a consolidação das capacidades institucionais das organizações representativas destes povos.

É um Projeto realizado pela Adelco e pelo Esplar, financiado pela União Europeia e executado em parceria com as organizações estaduais indígenas, quais sejam: Federação dos Povos Indígenas no Ceará - FEPOINCE, Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará - AMICE, Comissão da Juventude Indígena no Ceará - COJICE, Organização dos Professores Indígenas no Ceará - OPRINCE.

Uma das principais atividades do Projeto é Implementação de escritório de advocacia popular indígena para causas de violação de direitos. Tal escritório foi pensado para atuar tanto na defesa judicial das causas dos povos relacionadas aos seus direitos coletivos, em especial a garantia da demarcação de terras indígenas; quanto nas formações com futuros advogados, advogadas e estudantes indígenas e não indígenas, que desejarem se somar aos esforços dos povos pela efetivação de seus direitos.

A metodologia utilizada pela Assessoria Jurídica Popular é diferente da Assistência Judiciária, realizada pelo Advogado em ações

individuais. Enquanto o advogado não questiona as motivações políticas de seus clientes, apenas recebendo e solucionando o problema, o assessor jurídico popular já realiza esta reflexão sobre as questões políticas, ligadas àquela violação de direitos, estando fortemente ligada à luta comunitária.

No caso dos advogados indígenas, que também são importantes lideranças, esta forma de atuação já é comum. Dessa forma, acredita-se que o Escritório trabalhe utilizando a metodologia fortalecida pela Assessoria Jurídica Popular, assessorando causas coletivas do movimento indígena ou ainda causas individuais com repercussão coletiva, prestando assessoria também às entidades representativas dos povos indígenas [AMICE, FEPOINCE, COJICE, OPRINCE] em demandas coletivas, administrativas e extrajudiciais.

Sua inauguração está prevista para o segundo semestre de 2021 e o equipamento contará com uma equipe composta por dois advogados e dois estagiários(as) indígenas. Dessa forma, os atendimentos serão realizados nas próprias aldeias ou virtualmente. O Projeto Tucum disponibilizará ainda uma sala equipada com móveis e equipamentos, para arquivo e encaminhamento dos processos judiciais acompanhados pela equipe quando se fizer necessário.

Vale destacar que, a implementação deste escritório enfrentará dois grandes desafios: a não demarcação das terras indígenas pelo governo e a presença de organizações criminosas nas aldeias indígenas.

Cumprindo sua promessa de campanha, o governo federal ainda não demarcou nenhuma Terra Indígena, ao contrário tem editado normativas que facilitam a invasão e a certificação de fazendas nestas terras, além do descompromisso com as normas ambientais e tratados internacionais sobre os direitos indígenas ratificados pelo Brasil. Além disso, a FUNAI permanece sucateada, com poucos profissionais e sem estrutura para desenvolver as atividades.

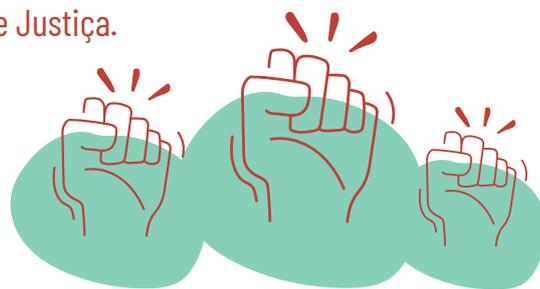
Além disso, os povos indígenas, em especial os que estão mais próximos dos centros urbanos, estão enfrentando o impacto do crime organizado nas suas terras. Com a ausência do órgão indigenista oficial e também das forças de segurança pública, as organizações criminosas estão se infiltrando nos territórios indígenas e tem conseguido inclusive incidir no meio da própria juventude indígena, cooptando-a para a prática criminosa.

Geralmente, ainda há conflito de competência entre os órgãos federais e estaduais de Segu-

rança Pública, mesmo esta discussão já tendo sido superada. A Polícia Federal deve atuar nos crimes relacionados ao território, a Polícia Militar deve realizar policiamento ostensivo e a Polícia Civil é responsável pela investigação dos crimes comuns.

No entanto, com a ausência destes órgãos, as organizações criminosas vão se proliferando nas aldeias indígenas e disputando espaço com as próprias lideranças indígenas, que restam ameaçadas e incluídas em Programas de Proteção.

Dessa forma, acreditamos que o Escritório de Advocacia Popular Indígena surge num contexto de violação dos direitos indígenas, seja pelo Estado, com a omissão da FUNAI, seja pelo crime organizado, com a ameaça generalizada das lideranças e demais pessoas indígenas, principalmente da Região Metropolitana, mas que conseguirá contribuir para a mudança desta realidade a partir da incidência judicial e administrativa junto aos diversos órgãos de Segurança Pública e do Sistema de Justiça.



Expediente:

Esta publicação é um produto do projeto Tucum - A Força da Resistência Indígena, realizado pelas instituições Adelco e Esplar, com o financiamento da União Europeia.

Este material tem conteúdo de responsabilidade exclusiva da Adelco, Esplar, em caso algum considerar que reflita a posição da União Europeia.

Coordenadora Geral: Adelle Azevedo

Coordenadora de Gênero: Magnólia Said

Técnicas do projeto: Lourdes Vieira e Carla Galiza.

Jornalista responsável: Roberta França

Textos: Roberta França e Lourdes Vieira

Diagramação: Roberta França